

NARA LUIZA COSTA DE ALMEIDA & GISELE PEREIRA DE SOUZA

nara.almeida@usp.br; giseleps@usp.br

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL

NARRATIVAS DE GÊNERO: REFLEXÕES ACERCA DAS CONSTRUÇÕES E DESCONSTRUÇÕES NO AMBIENTE DIGITAL

RESUMO

A clássica divisão dualista, mutuamente excludente e arbitrária entre homem e mulher foi, ao longo de muitas gerações, um dos mais sólidos aspectos da definição de identidade. Com os estudos feministas, estabelece-se o conceito de gênero e o questionamento dos modelos binários e heteronormativos, atingindo uma gama maior e mais fluida de possibilidades. Em paralelo, a evolução das tecnologias de informação e comunicação – também essas causas e produtos das relações sociais, culturais, políticas e históricas – abre espaço para novas práticas de sociabilidade possíveis, com relações inéditas entre humano e tecnologia.

Entendendo identidade enquanto narrativa que dá sentido à existência individual, em contextos de fragmentação, sobrecarga informacional, estetização da vida e do consumo, essas narrativas tornam-se mais líquidas, amplas e superpostas. A partir de uma campanha do YouTube, analisamos as possibilidades de construção, desconstrução e performance de narrativas de gênero no contexto da cibercultura e suas interfaces com o campo da comunicação social.

PALAVRAS-CHAVE

Narrativas de gênero; mídias digitais sociais; feminismo; identidade; audiovisual

NARRATIVAS, O SENTIDO DADO À VELOCIDADE

Múltiplos, interdisciplinares e complementares, diversos conceitos têm se somado na busca por uma caracterização do período que vivemos hoje. Pós-modernidade (Coelho Netto, 2005), modernidade líquida (Bauman, 2001), cultura de convergência (Jenkins, 2009), hiperrealidade de representações e simulações (Baudrillard, 1981), saturação (Maffesoli, 2010)

são alguns dos conceitos que se sobrepõem, herdados das mudanças provocadas por evoluções e disrupções das tecnologias e da comunicação. Em todos esses conceitos, revela-se a impermanência, a flexibilidade e a significação e ressignificação contínuas.

Tecnologia, informação e conhecimento são também elementos essenciais a esses novos tempos. A relação de protocooperação entre comunicação e tecnologia tem moldado o desenvolvimento da humanidade, através de marcos como a escrita cuneiforme, a invenção dos tipos móveis, o desenvolvimento da comunicação eletrônica e o advento da comunicação digital. Cada tecnologia por detrás desses marcos da informação e da comunicação desencadeou revoluções completas, ao estabelecer novas conexões, criar novas possibilidades e promover impactos nas relações existentes.

Os impactos dessas tecnologias se desdobraram em progressões geométricas, desafiando modelos lineares de pensamento e atuação, enquanto nos conduziam ao contemporâneo. Se a modernidade industrial nos colocou em uma pista de corrida (Maffesoli, 2010), a aceleração tecnológica da pós-modernidade não nos deixa parar. Entretanto, mais importante que a corrida, é o sentido dado a ela. Romanini (s.d.) explica que “a comunicação produz o real. Isso porque nossa capacidade de descobrir conjuntamente as leis da natureza se deve à nossa faculdade de sintonizar as formas que permeiam a realidade e representá-la em signos comunicáveis, principalmente símbolos, compartilhando informação”. Na reconstrução dos sentidos enfraquecidos pela sobrecarga informacional na recuperação de um ambiente no qual os significados tornam-se mais escassos ou, quando presentes, desconectados do real (Baudrillard, 1981), as narrativas se destacam por seu potencial de criar valores e sentidos que as pessoas possam compartilhar e em torno dos quais possam se agregar.

Para o sociólogo francês Roland Barthes, a narrativa é parte de todas as relações:

a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, nunca houve em lugar nenhum povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas, muitas vezes essas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, até mesmo opostas: a narrativa zomba da boa e da má literatura: internacional, trans-histórica, transcultural, a narrativa está sempre presente, como a vida. (Barthes, 2002, pp. 103-104)

O psicólogo norte-americano Jerome Bruner aborda a narrativa como “um modo de pensamento e como um veículo de produção de significado” (2001, p. 44), entendendo a narrativa como instituidora dos sentidos e significados do real e como fio condutor da nossa existência e relações no mundo,

como um modo de pensamento e uma expressão da visão de mundo de uma cultura. É por meio de nossas próprias narrativas que construímos principalmente uma versão de nós mesmos no mundo, e é por meio de sua narrativa que uma cultura fornece modelos de identidade e agência de membros. A apreciação da narrativa não vem de uma única disciplina, mas de uma confluência de muitas: literatura, socioantropologia, linguística, história, psicologia, até mesmo informática. (Bruner, 2001, p. 11)

A narrativa funciona sob a pressão da experiência, validada continuamente em uma comunidade de interpretantes, ampliando a estética, a gama de mundos possíveis, baseando novas formas de interação ética. Essa pressão da realidade que integra as experiências em nossa narrativa individual ajuda a compreender o conceito de *identidade* proposto por Bendassolli como “narrativa construída ao longo do tempo de um indivíduo” (Bendassolli, 2007, p. 227). A finalidade dessa narrativa “é fornecer uma linguagem coerente que os indivíduos podem usar a fim de construir e organizar o sentido de sua existência no tempo – espaço e de lidar com os seus relacionamentos sociais” (Bendassolli, 2007, p. 227).

Ainda no campo da Psicologia, Bock, Furtado e Teixeira definem que

quando alguém se pergunta quem é, está fazendo uma pergunta que remete à sua atividade, à sua história de vida, ao seu futuro, seus sonhos e fantasias, características de personalidade, heranças parentais, etc. Este plano é o plano da identidade. (1993, p. 212)

A clássica divisão dualista, mutuamente excludente e arbitrária entre homem e mulher foi, por muitas gerações, um dos mais decisivos e sólidos aspectos da definição de identidade. A modernidade engendra série de rupturas nos modelos dualistas vigentes (particular x universal, natureza x cultura). Esse movimento fertiliza as Ciências Humanas e Sociais para o que adiante florescerá como o campo dos estudos feministas. O início da desconstrução da divisão dualista biológica entre homem x mulher começa a se contornar, como indica Scavone ao lembrar que “essas rupturas ocorreram ao mesmo tempo que novas teorias se construía em um contexto

que lhes foi propício e contíguo com os ‘novos movimentos sociais’” (2008, p. 175). É em 1949, com *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir que se problematiza a neutralização do homem e a oposição da mulher. “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o sujeito, o absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 1966, p. 10). A obra permite compreender a submissão da identidade e individualidade a fatores biológicos, que são também construções narrativas legitimadoras das relações de poder expressas socialmente.

Os estudos feministas e o conceito de gênero passam a ser compreendidos como resultado de relações sociais, culturais, políticas e históricas. Scavone explica as contribuições de Gayle Rubin, dentre as filósofas inglesas, por exemplo.

Rubin procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. Em decorrência desse debate, a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero. (2008, p. 179)

A historiadora norte-americana Joan Scott traz o debate de gênero para as análises históricas com o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado originalmente em 1986 e republicado em 1995, onde propõe

a natureza desse processo, dos atores e de suas ações, só pode ser determinada de forma específica, no contexto do tempo e do espaço. Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que ‘homem’ e ‘mulher’ são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quanto parecem estar fixadas, ainda contem dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. Num certo sentido, a história política tem sido jogada no terreno do gênero. Trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em fluxo. (1995, p. 93)

As *teorias queer*, nos anos 1990, colocam em cheque o que a filósofa norte-americana Judith Butler questiona como a heterossexualidade normativa, propondo possibilidades que ultrapassem o gênero. A respeito

da evolução das teorias feministas, Stuart Hall afirma que o feminismo “também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação” (Hall, 2005, p. 45).

Se gênero e identidade são relações construídas na experiência narrativa, são, portanto, processos de significação, de semiose. Se tomarmos pela perspectiva de Charles Peirce, a semiose é processo dinâmico que envolve o acaso, o continuísmo e a autocorreção constante. A interação, a comunidade, são essenciais na semiose. Não existe verdade individual, a realidade é aquilo que seria o objeto da representação final do conjunto de todas as representações daqueles que compartilham um significado. Sendo, pois, uma construção social. É assim que construímos saber quanto ao que – esperamos – venha um dia a se aproximar da realidade. Isso requer flexibilidade; compartilhamento de sentidos e dinamismo. E presume, inevitavelmente, as tecnologias, potencializadoras, mediadoras e transformadoras das relações em que se constroem gênero, identidade e narrativas.

AS IDENTIDADES SÃO MÚLTIPLAS EM GÊNEROS

Em paralelo às evoluções ligadas aos estudos feministas, a evolução das tecnologias de informação e comunicação – também essas causas e produtos das relações sociais, culturais, políticas e históricas – abre espaço para novas práticas de sociabilidade, com relações inéditas e por vezes simbióticas entre humano e tecnologia. As relações estabelecidas nesse contexto destacam a fluidez, a velocidade, a multiplicidade de possibilidades narrativas, incluindo as identitárias. A esse respeito, Di Felice e Pireddu, fazem a relação entre humano e técnica nas redes, relacionando que

o advento das TICs e das mídias digitais interativas, além de produzir uma ‘tomada generalizada da palavra’ (Gianni Vattimo) alterando não apenas em termos quantitativos as esferas públicas nacionais, mas as transformando em esferas públicas coletivas globais implantam uma inteligência coletiva (Pierre Lévy) e conectiva (Derrick De Kerckhove), resultado de interações simbióticas entre técnica e inteligência humana. (2010, p. 27)

Nesse novo contexto, as identidades tornam-se mais líquidas, amplas e superpostas. Como aborda Bauman (2013), as identidades não são mais irrelevantes ou socialmente dadas, fixadas. São construções múltiplas;

causa e consequência das performances adotadas na vida cotidiana. São narrativas que se aceleram, sobrepõem e assumem novos *ethos* no ambiente digital, sobretudo nas redes sociais, onde encenam novos enfrentamentos e realidades vigorando e ressignificando sua constituição. Se, antes, a identidade era uma construção sólida e permanente, hoje “a tarefa de um construtor de identidade é, como diria Lévi-Strauss, a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão” (Bauman, 2013, p. 55). A proposta reverbera no artigo “Transcengeder”, que indica que “nossa identidade é efeito de nossa performance, e não a causa. Ela é fluida e não tem absolutamente nada a ver com essência. Simplificando: gênero e identidade são o que você faz, e não quem você é de forma universal” (Baffa, 2015). Para Bakhtin, a ação verbal é o centro das relações sociais. De acordo com Moura, “toda parte verbal de nosso comportamento (quer se trate de linguagem exterior ou interior) não pode, em nenhum caso, ser atribuída a um sujeito individual considerado isoladamente” (Moura, 1992, p. 139).

A narrativa de si na contemporaneidade é parte do que Lipovetsky e Serroy (2015) definem como *sujeito transestético*, um sujeito reflexivo interessado em construir uma estética própria do ideal de vida que busca. Tal indivíduo está em direta relação com as redes sociais e com as mudanças que provocam, como apontam Lipovetsky e Serroy:

as redes sociais, que nasceram com a internet, também desenvolveram a confusão dos papéis desempenhados pelos internautas, que são, de fato, ao mesmo tempo produtores e consumidores, usuários e encenadores, autores e público dos conteúdos que intercambiam on-line. Nas plataformas virtuais, cada qual é consumidor dos dados fornecidos pelos outros, ao mesmo tempo, que produtor do seu “perfil”. (2015, p. 372)

O conceito de ciberespaço é também pertinente à compreensão da contemporaneidade, posto que sustenta a cibercultura. O francês Pierre Lévy define o ciberespaço como novo meio que emerge da interconexão mundial de computadores, “não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo” (Lévy, 1999, p. 17). A cibercultura, ou seja, as relações construídas e potencializadas no ciberespaço, abarcam também a convergência das mídias, culturas e relações que se dão nesse tempo e espaço (Jenkins, 2009).

Ao falar da convergência digital na comunicação cultural, Martín-Barbero menciona as culturas virtuais, práticas comunicativas derivadas de meios interativos virtuais, que

modificam a sensibilidade dos sujeitos, suas formas de compreensão do mundo, a relação com os outros e as categorias para apreender o ambiente. *As culturas virtuais são mediações entre cultura e tecnologia, constituem sistemas de intercâmbio simbólico através dos quais se configuram sentidos coletivos e formas de se representar o real.* (2014, p. 22, destaque nosso)

É importante mencionar, ainda que de passagem, o conceito de ciberfeminismo, proposto em 1985 por Donna Haraway. Criando antes da internet, o conceito parte do termo ciborgue, considerando a tecnologia e a assimilação de suas possibilidades ao debate sobre as relações de gênero. A proposição é fundamental no sentido de que as tecnologias de informação e comunicação são catalisadoras das revoluções sociais por serem, a princípio, transformadoras das possibilidades narrativas. E tais tecnologias têm evoluído na direção de uma maior individualização e empoderamento devido à apropriação individual.

NARRATIVA EM PERFORMANCE E COMPARTILHAMENTO

Com as dimensões da narrativa sob aceleração tecnológica contínua, passa a haver uma produção interminável do eu em rede, como proposto por Castells (1996). A polivalência das narrativas que refletem e refratam a realidade potencializa-se ainda mais nas interfaces e convergências entre identidades e redes digitais sociais.

Tomemos como exemplo o YouTube, rede de compartilhamento de vídeos criada em 2005. Segundo dados da empresa, detém “mais de um bilhão de usuários, o que representa quase um terço dos usuários da internet. Diariamente, essas pessoas assistem milhões de horas de vídeos”¹. Em 2016, a rede de compartilhamento de vídeos aproveitou a comemoração do Dia Internacional da Mulher para lançar a campanha global *The Women’s Initiative*, calcada na construção de identidade a partir da produção de conteúdo e das narrativas de gênero performadas. O projeto se deu pela escolha de uma embaixadora e seleção de outras produtoras de conteúdo, com treinamento específico, curadoria terminológica, integração e produção de vídeos sobre diversos temas ligados às questões de gênero. Com o objetivo de inspirar a próxima geração de ícones femininos, a iniciativa buscava dar voz às mulheres que produzem conteúdo para internet, além de contribuir para tornar a indústria audiovisual mais igualitária.

¹ Retirado de de <https://www.youtube.com/yt/press/pt-BR>

A versão brasileira da campanha foi desenvolvida em parceria com a consultoria Think Eva, que se posiciona como um núcleo de inteligência sobre o feminino. Foi selecionada uma embaixadora, a *youtuber* JoutJout (Julia Tolezano), que soma mais de um milhão de inscritos em seu canal. A campanha reuniu outras produtoras de conteúdo, cis e transgênero, debatendo temas como gênero, feminismo negro, negócios, games, etc. Foram produzidos 17 vídeos, que atingiram, no primeiro mês, mais de 2,5 milhões de visualizações.

É importante considerar que a campanha ou a criação de conteúdo por si só não asseguram o debate de gênero e a desconstrução de conceitos institucionalizados e que sustentam modelos opressores de relações de gêneros. Para que as criadoras de conteúdo selecionadas pudessem articular diálogos consistentes sobre a temática e instigar o debate no âmbito midiático, os desenvolvedores da campanha ofereceram workshops e *media training* para as participantes em

uma ação que informava a cada uma sobre machismo, gordofobia, homofobia, apropriação cultural, culpabilização da vítima. Além disso, criamos uma cartilha para orientá-las sobre questões de gênero - nossa missão é que esses conteúdos sejam verdadeiramente empoderadores para o público feminino e que representem uma posição livre de estereótipos, preconceitos e acidez².

Outro vídeo, global, articulava as embaixadoras de diversos países, interpretando mulheres marcantes na história. Tolezan representou a jornalista e militante política Patrícia Galvão, a Pagu, primeira brasileira do século XX a ser presa política. Identifica-se na campanha os pilares de ação: Conteúdo e discurso; Performance e Representatividade; Treinamento; e Diálogo.

Qual a pertinência da criação e disseminação de vídeos sobre as relações de gênero? Dos 85 milhões de brasileiros que assistem vídeos online, 82 milhões utilizam a plataforma. A segunda edição da pesquisa *Os novos influenciadores*, feita pela Provokers (Silva, 2016) mostra que dois dos três principais influenciadores da TV e da internet brasileira são YouTubers. Segundo dados do Instituto Paulo Montenegro (2012), apenas um em cada quatro brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática. Ainda sobre a importância da linguagem audiovisual e das plataformas sociais de suporte e compartilhamento, Lara, Rangel, Moura, Barioni e Malaquias explicam:

² Retirado de <http://www.thinkeva.com.br/cases-3>

textos enxutos chamavam mais atenção do que longos escritos, e o conteúdo em forma de imagens e vídeos é mais valorizado. Mesmo fora das redes sociais, como em colunas e blogs, preferem-se textos mais informais. É muito improvável que uma pessoa que está navegando pelas redes sociais queira parar para ler um artigo acadêmico de vinte páginas sobre feminismo, não é? Porém, essa mesma pessoa estará disposta a assistir um vídeo, a ver uma imagem ou a ler um texto menor que lhe interesse. Sendo assim, alguém que nunca tenha tido contato com o feminismo passa a tê-lo e a compreender melhor a nossa agenda. Enquanto isso, pessoas que já tiveram um primeiro contato com o movimento podem se aproximar de assuntos que antes desconheciam ou analisa-los por uma nova perspectiva. Não se trata, portanto, de difundir um conteúdo frívolo, mas entender a utilidade do meio virtual em suas particularidades, para, assim, utilizá-lo da melhor forma possível. (2016, p. 13)

A importância da articulação do meio e das mensagens no debate sobre relações de gênero é a relevante ação de representatividade. Adotando a linguagem de diálogos, a série de vídeos não apenas expressa o compartilhamento da individualidade inerente às mídias digitais sociais, mas o debate sobre a esfera privada, uma das principais subversões dos estudos de gênero. Há que se considerar ainda, como lembra Castells ao falar de YouTube:

é verdade que o meio, até um meio tão revolucionário quanto esse, não determina o conteúdo e o efeito de suas mensagens. Mas ele tem o potencial de possibilitar diversidade ilimitada e produção autônoma da maioria dos fluxos de comunicação que constroem o significado na mente pública. (2005, p. 119)

É sobre esses significados na mente pública que tratam os debates de gênero. São essas questões simbólicas derivadas de relações sociais, de produção, políticas e econômicas, que são colocadas em debate. Para uma desconstrução que trata não de eliminação, mas de aproximação da raiz, do núcleo da questão problematizada. Como afirmam Deleuze e Guattari (1997, p. 28) “a questão é produzir inconsciente e, com ele, novos enunciados, outros desejos: o rizoma é esta produção de inconsciente mesmo”.

Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler afirma: “acho que temos que aceitar uma larga variedade de posições sobre gênero. Alguns querem ser livres de gênero, mas outros querem ser

livres para viver um gênero que é crucial para quem elas são” (2003, p. 33). Essa liberdade narrativa ontológica, do Eu diante do mundo, é uma das potências da internet e das redes sociais digitais. Não livre de censuras, supressão em algoritmos e alienação do acesso e produção do conhecimento. Mas uma potência a ser zelada e perseguida, na viabilização de desconstruções e novas construções; no estabelecimento de novas relações. É uma *subversão da identidade*, como ora proposto por Butler ou mesmo encontrado em Castells:

a criação de novos conteúdos, e novas formas nas redes que conectam mentes é equivalente à reprogramação de nossas mentes. Se sentimos ou pensamos de maneira diferente ao adquirirmos novo significado e novas regras para fazer sentido desse significado, agimos de maneira diferente e acabamos por transformar a maneira como a sociedade opera, subvertendo a ordem existente ou alcançando um novo contrato social que reconhece novas relações de poder como resultado de mudanças na mente pública. (Castells, 2005, p. 467)

A produção de conteúdo é uma produção de narrativas. E toda narrativa é sempre a revelação de existências possíveis, desejáveis ou memoradas. Narrar-se é transformar-se, compreendendo (por meio de processos de desconstrução) e recriando-se rumo a sonhos possíveis (Freire, 2016). O engajamento de gênero a partir da linguagem audiovisual no universo das redes sociais digitais é a ampliação em rede de encontros que potencializam a ação: enunciativa, política e social. E, sempre, subversora e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baffa, B. (2015). *Transcengender: um ensaio sobre a verdade*. Retirado de <http://pontoeletronico.me/2015/transcengender>
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2013). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Barthes, R. (2002). *A aventura semiológica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Beauvoir, S. (1966). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Bendassoli, P. F. (2007). *Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho*. São Paulo: Ideias e Letras.
- Bock, A. M. B., Furtado, O. & Teixeira, M. L. T. (1993). *Psicologias, uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Bruner, J. (2001). *A cultura da educação*. São Paulo: Artmed.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Castells, M. (1996). *A sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Castells, M. (2005). *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Coelho Netto, J. T. (2005). *Moderno pós moderno*. São Paulo: Iluminuras.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1997). *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia, Vol.1*. Rio de Janeiro: Editora 34 Ltda.
- Di Felice, M. & Pireddu, M. (2010). *Pós-humanismo: as relações entre o humano e a técnica na época das redes*. São Caetano do Sul: Difusão.
- Freire, Paulo. (2016). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Instituto Paulo Montenegro (2012). Inaf 2011/2012 - Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa mostram evolução do alfabetismo funcional na última década. Retirado de http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx
- Jenkins, H. (2009). *A cultura da convergência*. São Paulo: Aleph.
- Lara, B., Rangel, B., Moura, G., Barioni, P. & Malaquias, T. (2016). *#MeuAmigoSecreto: feminismo além das redes*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro.
- Lévy, P. (1999). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Lipovetsky, G. & Serroy, J. (2015). *A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Maffesoli, M. (2010). *Saturação*. São Paulo: Iluminuras.
- Martín-Barbero, J. (2014). Diversidade e convergência. *Matrizes*, 8(2), 15-33. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v8i2p15-33

- Moura, E. M. (2012). *Leitura em Bakhtin e Paulo Freire: palavras e mundos*. São Paulo: Pedro e João.
- Romanini, V. (s.d.). A contribuição de Peirce para a Teoria da Comunicação. Retirado de <http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=165278>
- Scavone, L. (2008). Estudos de gênero: uma sociologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, 16,173-186. Retirado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-26X2008000100018/5528>
- Scott, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20,(2). 71-99. Retirado de <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>
- Silva, S. D. (2016). Os mais influentes da internet e da TV. *Meio & Mensagem*. Retirado de <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/09/30/as-personalidades-mais-influentes-da-internet-e-da-tv.html>

Citação:

Almeida, N. L. C. & Souza, G. P. (2018). Narrativas de gênero: contribuições acerca das construções e desconstruções no ambiente digital. In M. Oliveira & S. L. Évora (Eds.), *Livro de atas do XII Congresso da Lusocom – Cibercultura, regulação mediática e cooperação* (pp. 198-209). Braga: CECS.